FICHA DE INSCRIÇÃO
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Titular da Corregedoria: [redacted] **Substituto:** [redacted]
E-mail: [redacted]
Telefones: [redacted]
Município/UF: Brasília - DF
Poder ☒ **Executivo** ☐ **Legislativo** ☐ **Judiciário**
Ente ☒ **Federal** ☐ **Estadual** ☐ **Municipal** ☐ **Distrital**
Categoria ☐ **Gestão de unidade correcional** ☐ **Prevenção** ☒ **Condução de investigação ou processo acusatório correcional**

PRÁTICA
1. TÍTULO: Orientações e Suporte às Comissões Investigativas – Roteiro de Procedimentos Correcionais - RPC
2. DESCRIÇÃO DA PRÁTICA O Roteiro de Procedimentos Correcionais – RPC apresenta de forma organizada os instrumentos de ação para o desenvolvimento dos trabalhos das Comissões responsáveis por procedimentos investigativos.

A prática consiste na elaboração e implementação de um conjunto padronizado de roteiros operacionais voltados à condução de procedimentos correcionais investigativos no âmbito do CNPq.

O Roteiro de Procedimentos Correcionais - RPC do CNPq adotou como referência o Procedimento Operacional Padrão (POP) da Controladoria-Geral do Estado do Mato Grosso, em alinhamento com a orientação descrita na atividade 5 do KPA 2.1 – GESTÃO DAS ADMISSIBILIDADES E DOS PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS INVESTIGATIVOS do Referencial Técnico do Modelo de Maturidade Correcional - CRG.MM - Versão 3.0.

A prática abrange a disponibilização de 44 (quarenta e quatro) roteiros individualizados, que foram organizados conforme os dispositivos legais que tratam do regime disciplinar dos servidores públicos, no âmbito da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Cada um dos Roteiros de Procedimentos Correcionais – RPC detalha os passos operacionais, documentos necessários, diligências, possíveis enquadramentos e penalidades, para oferecer orientações e suporte às comissões investigativas instauradas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

O objetivo desta prática é garantir maior padronização, agilidade, segurança jurídica, efetividade e transparência ao trabalho das comissões correcionais investigativas, promovendo economia de tempo e aperfeiçoamento da atividade correcional no CNPq.

3. HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO (limite de 2 páginas):

A iniciativa surgiu a partir da constatação de que a ausência de padronização nos procedimentos correcionais resultava em inconsistências nos autos, dificuldade na análise por parte da autoridade julgadora e insegurança jurídica.

A Equipe da Corregedoria Setorial do CNPq, ao participar de capacitações da CGU e aplicar o Referencial Técnico do CRG.MM, identificou a necessidade de desenvolver um material de apoio que funcionasse como

referência prática para membros de comissões e servidores envolvidos nas investigações.

Durante o primeiro semestre de 2025, a equipe da Corregedoria realizou um mapeamento completo dos tipos de infração previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, catalogando situações recorrentes e definindo protocolos de apuração, análise de provas e enquadramentos legais. A versão final dos roteiros foi aprovada internamente e passou a ser adotada como instrumento de capacitação e apoio prático.

4. RELEVÂNCIA DA PRÁTICA EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DO REGULAMENTO (limite de 4 páginas):

Criatividade e Inovação.

Considera-se que a elaboração do Roteiro de Procedimentos Correcionais - RPC do CNPq é uma prática inovadora ao aplicar metodologias operacionais à atividade correcional em sede de procedimento investigativo, algo ainda incipiente na maioria das corregedorias setoriais.

Na elaboração desta prática a Corregedoria Setorial do CNPq buscou como referência o Procedimento Operacional Padrão (POP) da Controladoria Geral do Mato Grosso (CGE-MT), documento que detalha as instruções e a sequência de tarefas para a execução de processos específicos dentro da instituição, garantindo padronização, qualidade e eficiência nas operações. A CGE-MT utiliza este PROCEDIMENTO CORRECIONAL PADRÃO para formalizar os procedimentos dos seus processos de Investigação Preliminar Sumária, Processos Administrativos Disciplinares e Processos Administrativos de Responsabilização.
Salienta-se que a Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT) aderiu ao Programa de Fortalecimento de Corregedorias (Procor) da Controladoria Geral da União (CGU), instituído pela Portaria nº 1.000/2019, possibilitando o intercâmbio de informações e de experiências entre as Corregedorias.

Portanto, a adaptação de modelos de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), originário de esfera estadual do poder público para o contexto federal demonstra criatividade e protagonismo institucional.

Custo-benefício

A iniciativa foi desenvolvida sem custos financeiros adicionais, utilizando-se da expertise interna da equipe da Corregedoria Setorial do CNPq. O investimento se concentrou na alocação de tempo e energia da equipe técnica, que realizou a pesquisa, sistematização, redação e validação dos roteiros.

O retorno é expressivo: há redução significativa de retrabalho, diminuição de erros formais, aumento da previsibilidade das etapas processuais e facilidade na capacitação de membros das comissões e de servidores do CNPq. A prática também reduz o tempo de tramitação dos processos, o que resulta em ganhos de eficiência e economicidade para a Administração Pública.

Impactos para a Efetividade

O uso de modelos de RPC têm resultado em melhoria expressiva na qualidade técnica dos trabalhos das comissões investigativas, mediante o uso de modelos padronizados de documentos, aumento da efetividade das diligências, redução de retrabalho, efetividade na elaboração de relatório técnico conclusivo, que culmina em maior clareza das informações para a decisão da autoridade julgadora.

O Roteiro de Procedimentos Correcionais – RPC foi disponibilizado na Seção da Corregedoria do Portal de internet do CNPq, como Material de Apoio para suporte às Comissões Investigativas instauradas neste Conselho e, inclusive, pode ser facilmente acessado por outras unidades correcionais.

Simplicidade e Replicabilidade

Todos os roteiros de procedimento correcional (RPC) foram estruturados com linguagem clara, lógica sequencial e formato replicável, podendo ser facilmente adaptados por outras unidades correcionais. Estão organizados de acordo a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, particularmente o Título IV (art. 116 a 142) e o Título V (art. 143 a 182).

Estes roteiros podem ainda ser utilizados como material didático em capacitações internas ou externas, facilitando a disseminação de boas práticas e o nivelamento técnico da atuação correcional.

Aderência às Normas Institucionais

O Roteiro de Procedimentos Correcionais – RPC da Corregedoria Setorial do CNPq segue rigorosamente o regramento da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os padrões estabelecidos em Normativos sobre atividade Correcional da Controladoria-Geral da União - CGU e as orientações do Modelo de Maturidade Correcional do Siscor, sendo plenamente aderente ao ordenamento jurídico e à política de integridade da Administração Pública Federal.

Por fim, o Roteiro de Procedimentos Correcionais – RPC é uma inovação que atende integralmente aos critérios de avaliação do Concurso de Boas Práticas Correcionais da CGU 2025.

Local e data: [redacted]

Declaro que tomei conhecimento do Regulamento do Concurso de Boas Práticas Correcionais – 2025 (Portaria nº 2372/2025)

gov.br
Documento assinado digitalmente
MANOEL MESSIAS PEREIRA DA SILVA
Data: 27/08/2025 16:43:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Assinatura do Representante do órgão ou entidade

Comprovações:

1. Link de acesso: Orientações e Suporte às Comissões Investigativas – Roteiro de Procedimentos Correcionais da Corregedoria Setorial do CNPq

2. Link de acesso: Modelos PROCEDIMENTO CORRECIONAL PADRÃO – CGE-MT

3. Roteiro PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS do CNPq (Anexo).